

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE PARATY S.A.

CNPJ: 19.080.515/0001-77

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		Nota 31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.051	5.334
Contas a receber de clientes	7	3.267	2.873
Estoques	8	172	225
Despesas antecipadas		60	4
Créditos com partes relacionadas	17	320	317
Tributos a recuperar		26	1
Outros créditos		47	44
		8.943	8.798
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	16	9	9
Ativo de direito de uso	9	88	234
		375	243
Imobilizado	10	3.237	2.164
Intangível e ativo de contrato	11	3.709	2.778
		12.652	11.581
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	180	48
Empréstimos e financiamentos	13	338	8.331
Arrendamentos	13	102	156
Obrigações tributárias	14	131	1.216
Obrigações trabalhistas		362	331
Ônus da concessão		5	4
Débitos com partes relacionadas	17	1.732	1.730
Outros exigíveis		820	139
		3.670	11.955
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	8.468	763
Arrendamentos	13	-	82
Provisões para contingências	16	2	45
		8.470	890
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		19.814	19.814
Prejuízos acumulados		(19.302)	(21.078)
		512	(1.264)
		12.652	11.581

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		Nota 31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita líquida</b>			
Custo dos serviços prestados	19	12.238	9.115
<b>Lucro bruto</b>	20	(5.762)	(4.241)
		6.473	4.874
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	21	(4.954)	(5.790)
Outras receitas operacionais	22	836	4.786
		(4.118)	(1.004)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	23	553	329
Despesas financeiras	23	(687)	(446)
<b>Resultado financeiro</b>			
		(134)	(117)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15a	2.221	3.753
		(445)	(863)
<b>Lucro líquido do exercício</b>			
		1.776	2.890

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		1.776	2.890
Total do resultado abrangente do exercício		1.776	2.890

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Capital social		Prejuízos Patrimônio líquido
	Realizado	A integralizar	Acumulados
Saldos em 1º de janeiro de 2020	20.744	(930)	(23.968)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.890
Saldos 31 de dezembro de 2020	20.744	(930)	(21.078)
Lucro líquido do exercício	-	-	1.776
Saldos 31 de dezembro de 2021	20.744	(930)	(19.302)

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>			
		1.776	2.890
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:			
Depreciação e amortização		359	312
Ônus da concessão		53	39
Encargos financeiros, despesas e receitas de juros		313	189
Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber		353	1.244
Provisão (reversão) para contingências		(43)	(10)
Imposto de renda e contribuição social correntes		445	863
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível		-	(1)
Receita de construção ativo financeiro - PPP		(1.662)	(518)
Subsídio tarifário - PPP		(798)	(4.639)
<b>Lucro ajustado</b>			
		796	369
<b>Variáveis no ativo</b>			
Contas a receber		(545)	(1.295)
Estoques		53	70
Tributos a recuperar		(30)	(4)
Despesas antecipadas		(56)	(3)
Outros créditos		(3)	1
Créditos com partes relacionadas		(3)	1
<b>Variáveis no passivo</b>			
Fornecedores		132	(30)
Débitos com partes relacionadas		2	2
Obrigações tributárias		(390)	401
Obrigações trabalhistas		31	26
Outros exigíveis		681	43
<b>Caixa líquido aplicado nas operações</b>			
		(128)	(768)
Ônus da concessão pago		(52)	(40)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.135)	(151)
Juros pagos		(480)	(391)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>			
		(1.795)	(1.350)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições ao imobilizado		(79)	(140)
Adições ao intangível e ativo de contrato		(1.167)	(144)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível		-	25
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>			
		(1.246)	(259)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Amortização de obrigações por arrendamento		(177)	(154)
Amortização de empréstimos e financiamentos		(321)	(294)
Parceria Público-Privada - PPP		2.460	4.730
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>			
		1.962	4.322
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa representado por:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.334	2.252
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.051	5.334
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>			
		(283)	3.082

**Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 - Contexto operacional:** A Concessionária Águas de Paraty S.A. ("Concessionária"), sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada à Rua Lorival Valentim dos Santos, nº 297, Vila Colonial, no Município de Paraty, Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma parceria público-privada patrocinada entre o Município de Paraty (Poder Concedente) e a Concessionária Águas de Paraty S.A. O edital de concorrência pública previa que fosse aberta licitação para que uma empresa - ou um consórcio de empresas - assumisse a gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Sede de Paraty, com ações para implantação da coleta e do tratamento de efluentes, bem como para melhorias na qualidade e na distribuição da água. O Grupo Águas do Brasil foi o vencedor desta concorrência, através do Contrato de Parceria Público-Privada - PPP nº 008/2014, de 04 de fevereiro de 2014, com vigência de 30 anos. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários, dotando a área urbana do distrito sede de Paraty de um novo sistema de esgotamento sanitário e de um sistema de abastecimento de água reestruturado, compatíveis com as necessidades de seus moradores e visitantes. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da concessão. A modalidade de concessão patrocinada definida no edital estabelece que os investimentos ocorram através de recursos próprios e de contraprestações públicas, pagas pelo Poder Concedente. Até 2019, os recursos públicos eram provenientes de contraprestações do FEACAM - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano, da Eletronuclear, bem como pelas contraprestações orçamentárias municipais. No final de 2019 foi assinado o Segundo Aditivo entre a Concessionária e a Prefeitura Municipal de Paraty, objetivando readoção a política tarifária, garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e substituir o antigo sistema de garantia pública baseado no Fundo de Parcerias Públicas Privadas de Paraty por uma nova estrutura assentada na vinculação de receitas de royalties de petróleo. Os valores de investimentos estimados estão apresentados abaixo: • Investimentos: são estimados investimentos totais no ordem de R\$ 146.165 durante todo o período de concessão. • Contraprestações públicas: totalizarão R\$ 141.400 ao longo dos 30 anos de concessão. Esses recursos serão aplicados diretamente em infraestrutura, incluindo a implantação e modernização dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e implantação de rede de combate a incêndio no Centro Histórico. Como remuneração pelos serviços, obras e intervenções realizadas no âmbito do contrato, a Concessionária fará jus ao recebimento (i) da receita decorrente da arrecadação das tarifas, de acordo com a estrutura tarifária, as quais serão todas cobradas diretamente dos usuários; (ii) dos preços referentes aos serviços complementares, os quais serão diretamente cobrados dos usuários; (iii) do pagamento da contraprestação orçamentária municipal; (iv) vinculação de receitas de royalties de petróleo; e, ainda, (v) da eventual aplicação de receitas extraordinárias. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Paraty, sem contrapartida financeira. **1.1. Impactos da crise da COVID-19:** No contexto da crise da COVID-19, foi instaurado o Comitê de Crise e de Continuidade do Negócio, adotando medidas visando a preservação da saúde, segurança e bem-estar de nossos colaboradores, bem como a continuidade da prestação dos serviços de água e esgoto, garantindo atendimento integral à sociedade para a qual atuamos. Desta forma, o Grupo implementou um plano com o objetivo de viabilizar: • A continuidade de suas operações e a proteção dos seus funcionários e clientes, com medidas tais como: disponibilização de infraestrutura tecnológica (conexões, equipamentos e acessos) para atender à demanda por trabalhos remotos (*home office*), revisão dos protocolos de saúde e segurança e intensificação da higienização dos ambientes de trabalho, antecipação do programa de vacinação contra a gripe, uso de plataformas colaborativas para promover reuniões e encontros virtuais e a implementação de novas funcionalidades na agência virtual, de forma a migrar o atendimento dos clientes para os canais remotos. • O apoio no combate ao avanço do Coronavírus, com a realização de medidas externas que possam minimizar os impactos da COVID-19 e contribuir com a sociedade, como a higienização das ruas e logradouros públicos da cidade, em parceria com a Prefeitura, e instalações de lavatórios públicos em pontos de maior circulação de pessoas. A Administração do Grupo Águas do Brasil analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia de COVID-19 e não foram identificados impactos

relevantes que requerem ajustes sobre as Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. **2 - Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Concessionária no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (CPCs), as Interpretações Técnicas (CPCs) e Orientações Técnicas (CPCs) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Concessionária atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Concessionária e, também, a moeda de apresentação. Alguns saldos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020, foram reclassificados para uma melhor apresentação das Demonstrações financeiras. Estas reclassificações não são materiais para as Demonstrações financeiras tomadas em conjunto e não alteram nenhum indicador de performance da Concessionária. Em 30 de março de 2022, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. **3 - Principais políticas contábeis:**

**3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Concessionária apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; • A entidade não tem direito ou intenção de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Concessionária classifica todos os demais passivos no não circulante. **3.2. Receita operacional:** *Receita de contrato com o cliente:* As receitas de prestação de serviço de tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são contabilizadas através do ajuste por competência. *Receitas de construção:* A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. **3.3. Tributos:** *Imposto de renda e contribuição social correntes:* A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. *Tributos sobre as receitas:* As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.4. Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição dos bens e direitos, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada segundo o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral. **3.5. Intangível e ativo de contrato:** *Receita gerada pelo custo de aquisição:* O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por dedução do valor recuperável, quando aplicável. *Contratos de concessão:* As Sociedades de Propósitos Específicos - SPE (Concessionárias) possuem contratos de concessão pública de serviço de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelos serviços, durante a sua vigência. Assim, a Concessionária reconhece como ativo intangível esse direito. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária. **3.6. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *Ativos financeiros:* Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Concessionária para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Concessionária tenha aplicado o expediente prático a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, exceto no caso de ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) os direitos contratuais de receber fluxos de caixa dos investimentos expirarem; (ii) a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro, nos termos de um contrato de repasse, e transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; (iii) nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle do ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento se seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Mensuração do valor justo:* A Concessionária mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada período de divulgação. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Concessionária. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizaram ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar receita a partir do ativo em seu melhor uso possível ou usar o ativo em seu melhor uso como participante do mercado que utiliza o ativo em seu melhor uso. A Concessionária utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, a Concessionária determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Concessionária determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é preciso gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):* A Companhia mensura os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto o recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e não são incluídas no valor justo reconhecido nos resultados mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* A Companhia mensura como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, as variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. *Passivos financeiros ao valor justo por*

*meio do resultado* A Companhia mensura como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado. *Outros passivos financeiros* Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. *ii) Compensação de instrumentos financeiros* Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de crédito e os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição. Os estoques de materiais destinados à construção e melhorias da infraestrutura da concessão são contabilizados no intangível, como parte integrante do contrato de concessão. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Em 2021, não foram identificados eventos que indicassem a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.9. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.10. Apuração do resultado:** No encerramento do ano, a Concessionária destina seus resultados entre dividendos e reservas, na forma prevista na legislação societária. Com relação aos dividendos, a distribuição é reconhecida como passivo nas Demonstrações financeiras, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Concessionária. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é providenciado na data em que é aprovado pelos acionistas ou pago, o que ocorrer primeiro. **3.11. Provisões para contingências:** As provisões para contingências contidas nas datas dos balanços são o resultado da avaliação da Administração de seus assessores legais, de acordo com a quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas e cíveis. **3.12. Benefícios a empregados:** Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional. *Plano de previdência privada de funcionários* Os custos do plano de previdência privada, em sua totalidade na modalidade de contribuição definida, são rateados entre os funcionários elegíveis e a empresa patrocinadora, participação esta que se inicia na proporção de 50% pelos funcionários e 50% pela empresa, percentual que, com o passar do tempo, poderá chegar a 20% para os funcionários e 80% para a empresa. **3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício corrente. **3.14. Arrendamentos:** A Concessionária avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Concessionária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso de ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Concessionária reconhece o direito de direito de uso na data de início do arrendamento (ou na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o custo dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento Na data de início do arrendamento, a Concessionária reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, e valores esperados a serem pagos sob garantias

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE PARATY S.A.

CNPJ: 19.080.515/0001-77

buais. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerando suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes, de acordo com os seguintes critérios: i) **Contas vencidas há mais de seis meses:** Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem seis meses de atraso, até o limite de R\$5, por nota fiscal, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, até o limite de R\$15, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo baixados diretamente de contas a receber contra o resultado. ii) **Contas vencidas há mais de um ano:** Esses créditos são considerados como perdas assim que atingem um ano de atraso, de valores acima de R\$5 até R\$30, por operação, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e, a partir de 08/10/2014, de valores acima de R\$15 até R\$100, de acordo com a Lei nº 13.097/2015, sendo contabilizados como despesa, tendo como contrapartida a conta reductora de contas a receber. iii) **Perdas gerenciais:** São provisionadas e registradas em conta de resultado, como perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social, as notas fiscais com: - Valores até R\$ 5, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas até 07/10/2014; - Valores até R\$ 15, vencidas entre 90 e 180 dias, emitidas a partir de 07/10/2014; - Valores maiores que R\$ 5, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas até 07/10/2014; - Valores maiores que R\$ 15, vencidas entre 90 e 365 dias, emitidas a partir de 07/10/2014; - Valores maiores que R\$ 30, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 07/10/2014; - Valores maiores que R\$ 100, vencidas há mais de um ano, emitidas a partir de 08/10/2014. **5. Gestão de risco financeiro: 5.1 - Fatores de risco financeiro: Considerações gerais:** A Concessionária participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os instrumentos financeiros operados pela Concessionária têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro, que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da empresa, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos financeiros, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e riscos de preços. (i) **Risco cambial:** As operações efetuadas pela Concessionária são realizadas no mercado interno e, portanto, não são afetadas pela variação cambial. (ii) **Risco de taxas de juros:** A exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros decorre da possibilidade de a Concessionária vir a incorrer em perdas por conta de flutuações que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, indexados à variação do CDI e TJLP. (iii) **Risco de preços:** Os valores das tarifas dos serviços prestados pela Concessionária são reajustados de acordo com índices definidos no contrato de concessão. As tarifas, de acordo com os contratos de concessão, devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária. b) Risco de crédito: O risco de crédito é representado por contas a receber dos consumidores e clientes da Concessionária em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pelos serviços prestados a uma base de clientes pulverizada. A Concessionária possui provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber no montante de R\$ 376 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 463 em 31 de dezembro de 2020), para fazer face aos riscos de crédito, conforme Nota Explicativa nº 7. c) Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez da caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Concessionária. A Concessionária mantém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 5.051 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.334 em 31 de dezembro de 2020), conforme Nota Explicativa nº 6. **5.2 - Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Concluído com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim resumidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Total de empréstimos, financiamentos e arrendamentos (Nota Explicativa nº 13)	8.908	9.332
(4) Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	(5.051)	(5.334)
<b>Dívida líquida</b>	<b>3.857</b>	<b>3.998</b>
Total do patrimônio líquido	512	(1.264)
<b>Total do capital</b>	<b>4.369</b>	<b>2.734</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>88%</b>	<b>146%</b>

**5.3 - Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros são classificados da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo:		
Avaliados ao valor justo por meio do resultado	8.806	9.094
Caixa e equivalentes de caixa	5.051	5.334
Custo amortizado	3.267	2.873
Outros ativos	47	44
<b>Total</b>	<b>3.314</b>	<b>2.917</b>

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo:		
Custo amortizado	9.088	9.380
Empréstimos e financiamentos	8.806	9.094

**6 - Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	40	45
Aplicações financeiras	5.011	5.289
<b>Total</b>	<b>5.051</b>	<b>5.334</b>

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representadas, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **7 - Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados. As contas a receber estão compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes (a)	2.702	2.591
Clientes - parcelamento (b)	920	717
Pontos arrecadadores (c)	21	28
<b>Total</b>	<b>3.643</b>	<b>3.336</b>
Perdas de créditos esperadas nas contas a receber	(376)	(463)
<b>Total</b>	<b>3.267</b>	<b>2.873</b>

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas, além dos valores ainda não faturados (Ajuste por Competência). (b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>A vencer</b>	<b>1.077</b>	<b>867</b>
Faturado	616	545
<b>Vencidas</b>	<b>369</b>	<b>386</b>
Até 30 dias	214	254
De 31 a 60 dias	150	180
De 61 a 90 dias	376	463
De 91 a 180 dias	841	641
<b>Total</b>	<b>3.643</b>	<b>3.336</b>

**8 - Estoques**

	31/12/2021	31/12/2020
Produtos químicos e materiais de laboratório	121	90
Materiais de segurança	51	42
Estoque em poder de terceiros	-	93
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>225</b>

Os materiais classificados nesta conta são utilizados na reposição ou instalações nas redes de água e esgoto. O estoque em poder de terceiros refere-se a notas fiscais de simples faturamento, emitidas no decorrer da construção de bens operacionais. Ao ser concluído, o ativo é reconhecido no intangível.

**9 - Ativo de direito de uso**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Custo</b>	<b>351</b>	<b>(263)</b>
Amortização acumulada	88	312
<b>Valor líquido</b>	<b>263</b>	<b>(78)</b>

Movimentação do ativo de direito de uso

	31/12/2020	Adições	Amortização	31/12/2021
<b>Saldos em</b>	<b>234</b>	<b>39</b>	<b>(185)</b>	<b>88</b>
<b>Saldos em</b>	<b>312</b>	<b>27</b>	<b>(148)</b>	<b>234</b>

**10 - Imobilizado**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Custo</b>	<b>74</b>	<b>(33)</b>
Depreciação acumulada	10	15
<b>Valor líquido</b>	<b>64</b>	<b>18</b>

	31/12/2021	31/12/2020
Equipamentos de informática	345	173
Veículos	71	38
Máquinas e equipamentos	30	15
Móveis e utensílios	178	99

	31/12/2020	Adições	Depreciação	31/12/2021
<b>Saldos em</b>	<b>107</b>	<b>(37)</b>	<b>70</b>	<b>74</b>
<b>Total</b>	<b>731</b>	<b>(356)</b>	<b>375</b>	<b>376</b>

**11 - Intangível e ativo de contrato**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Taxa de amortização</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>
<b>Custo</b>	<b>1.973</b>	<b>(312)</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>1.576</b>	<b>1.661</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>397</b>	<b>(349)</b>

Softwares e aplicativos  
Concessão/Infraestrutura  
Infraestrutura em construção

	31/12/2021	31/12/2020
Softwares e aplicativos	197	(197)
Concessão/Infraestrutura	1.973	(312)
Infraestrutura em construção	1.576	1.661
<b>Total</b>	<b>3.746</b>	<b>(509)</b>

Os valores reconhecidos no Intangível e acima demonstrados como concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo do contrato de concessão, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2021 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2021	31/12/2020
PMI - Proposta de Manifestação de Interesse	602	(151)
Estação de Tratamento de Água - ETA	190	(31)
Reservatório	8	-
Substituição/Expansão de rede de água	126	(15)
Ligação de água	66	(8)
Ligação de esgoto	62	(4)
Substituição/Expansão de rede de esgoto	177	(19)
Elevatória - esgoto	5	-
Emissário	19	(1)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	7	(1)
Máquinas e equipamentos	711	(82)
<b>Total</b>	<b>1.973</b>	<b>(312)</b>

Movimentação do intangível e ativo de contrato:

	31/12/2020	Adições	Amortização	31/12/2021
<b>Saldos em</b>	<b>1.329</b>	<b>424</b>	<b>(94)</b>	<b>2.659</b>
<b>Saldos em</b>	<b>835</b>	<b>743</b>	<b>(2)</b>	<b>1.576</b>
<b>Total</b>	<b>2.164</b>	<b>1.167</b>	<b>(96)</b>	<b>4.237</b>

Softwares e aplicativos  
Concessão/Infraestrutura  
Infraestrutura em construção

	31/12/2021	31/12/2020
Softwares e aplicativos	2	(2)
Concessão/Infraestrutura	2.314	44
Infraestrutura em construção	263	819
<b>Total</b>	<b>2.579</b>	<b>863</b>

**a) Parceria Público-Privada - PPP:** Em conformidade com a Lei nº 11.092/2005 e a Lei nº 13.097/2015, a Concessionária é considerada a parceira privada do contrato de concessão de saneamento de água e esgoto em Paraty, RJ. A infraestrutura construída é bifurcada em: (i) Ativo financeiro, constituído pela realização dos investimentos, na proporção de 96,74%, e baixado quando dos recebimentos das parcelas dos convênios firmados. (ii) Ativo intangível, compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Concessionária e, consequentemente, ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato, constituído na proporção de 3,26%. O percentual definido para segregação considerou o plano de investimentos a serem realizados durante o prazo de concessão e os valores recebidos/a receber através dos convênios. O ativo financeiro e o ativo intangível são originados da receita de construção e os investimentos têm como contrapartida o custo de construção. A Concessionária não aplica margem de construção, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 3.6. A recomposição tarifária é composta pela diferença de todos os repasses efetuados pela Prefeitura versus todo o investimento no ativo financeiro. Em 2021 a Concessionária registrou R\$ 1.662 de ativo financeiro e recebeu R\$ 2.460 de contrapartida do convênio PPP, sendo R\$ 798 reconhecido como subsídio tarifário.

**12 - Fornecedores:** Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Tipo Natureza</b>	<b>8</b>	<b>28</b>
Mercadoria	14	12
Serviços	51	4
Infraestrutura	107	4
Outros	180	48
<b>Total</b>	<b>260</b>	<b>106</b>

**13 - Empréstimos, financiamentos e arrendamentos:**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Linhas de Crédito</b>	<b>8.806</b>	<b>9.094</b>
FINAME PSI (a)	766	1.087
TJLP e TLP	8.040	8.007
CDI	8.806	9.094
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>8.806</b>	<b>9.094</b>

Circulante  
Não circulante  
**Arrendamentos**  
Arrendamentos direito de uso (c)  
Circulante  
Não circulante  
**Endividamento total**  
Endividamento total - Circulante  
Endividamento total - Não circulante

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	8.468	763
Não circulante	102	238
Arrendamentos	102	156
Arrendamentos direito de uso (c)	-	82
<b>Total</b>	<b>8.570</b>	<b>9.337</b>

Em movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>9.094</b>	<b>9.346</b>
Saldo inicial	498	381
Juros e encargos financeiros	(321)	(254)
Amortização de principal	(465)	(379)
Amortização de juros	8.806	9.094
Saldo final	8.806	9.094

**Arrendamentos**  
Saldo inicial  
Adições e renovações  
Juros e encargos financeiros  
Amortização de principal  
Amortização de juros  
Saldo final

	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos	238	64
Adições e renovações	39	324
Juros e encargos financeiros	17	16
Amortização de principal	(177)	(154)
Amortização de juros	(15)	(12)
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>238</b>

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>295</b>	<b>295</b>
Dívida	8.262	262
2022	197	197
2023	9	9
2024	9	9
Após 2024	8.468	763

(a) A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos nos exercícios de 2014 a 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e somam R\$ 2.946 de valor contratado. Estes contratos foram celebrados com carência de 24 (vinte e quatro) meses para início da amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2021 e 2025. Estas operações tiveram como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval/notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora). (b) Em dezembro de 2019, a Concessionária contratou empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 8.000, este contratado foi amparado por aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. e com vencimento para dezembro de 2021. Em dezembro de 2021, este contrato foi aditado, passando o seu vencimento para dezembro de 2023. (c) O ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento está apresentado na Nota Explicativa nº 9. Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (Covenants) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2021. **14 - Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
PIS/COFINS/CSLL retidos	8	3
ISS	23	11
IRRF	4	1
PIS	17	90
COFINS	79	416
IRPJ	-	493
CSLL	-	202
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>1.216</b>

práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento

**15 - Imposto de renda e contribuição social:** a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social: A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Descrição</b>	<b>317</b>	<b>(620)</b>
Imposto de renda - corrente	(128)	(243)
Contribuição social - corrente	(445)	(863)

Conciliação da taxa efetiva:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Descrição</b>	<b>2.221</b>	<b>3.7</b>